

NOTA DE ABERTURA



Também este Boletim segue a estrutura típica, mas com conteúdos diversos em língua portuguesa e em língua chinesa em algumas das secções, como se poderá constatar das versões respectivas. O que devemos explicar aos nossos Leitores, pois nos deparámos com algumas limitações de recursos, mas também com a urgência de ultimar os trabalhos deste número, em face da projectada adopção de uma nova orientação editorial do Boletim, a anunciar em tempo oportuno.

Assim, na primeira secção, Doutrina, variando os temas, sendo quase uma constante nos últimos números do Boletim, mesmo depois dos números temáticos sobre o jogo, inclui-se mais um estudo, agora sobre “As Concessões de jogo em Portugal”, prosseguindo com outros temas, designadamente sobre a “Análise do regime jurídico do divórcio litigioso em Macau nos últimos 20 anos: ruptura irremediável e divórcio sem culpa”, e “A reserva de lei fiscal, o orçamento e a tributação anualizada”, concluindo com um tema sobre os “Advogados de defesa no âmbito da Lei de supervisão: investigação baseada em questionários e entrevistas”, apenas em língua chinesa.

Já na segunda secção se encontra um texto sobre “O equilíbrio do orçamento na Lei Básica da R.A.E.M. à luz da actual Lei de Enquadramento Orçamental de Macau”, e um outro “Estudo do regime da instrução criminal em Macau”, e também este apenas em língua chinesa, em que além da reflexão crítica avulta a sua intencionalidade didáctica e pedagógica.

Nos Estudos de pós-graduação, por sua vez, encontramos escritos sobre os deveres de lealdade e de diligência dos administradores de sociedades comerciais e o regime do consentimento informado e, apenas em língua chinesa, sobre o recurso aos homens de confiança e prova em processo penal.

Por fim, dois escritos sobre temas de Direito da Família preenchem a secção da Vária, de momentos e origens diferentes, respectivamente, “Notas de Direito Comparado sobre o regime da participação nos adquiridos”, no contexto dos trabalhos preparatórios da aprovação do Código Civil de Macau, aqui recuperado, que de algum modo terá informado os trabalhos legislativos sobre o regime de bens supletivo, e por isso ainda de interesse, com a inclusão dos textos legais desse regime de bens nos sistemas jurídicos francês e espanhol, nessas mesmas línguas, bem assim “Desenvolvimento legislativos e as reformas do Direito da Família em Timor-Leste”, em curso neste momento.



Na Vida da Faculdade, de mais um ano de actividades, destacamos entre os seminários e conferências, primeiro, o Seminário sobre o “Direito da Família nas Ordens Jurídicas de Moçambique, Macau e China”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Macau, através do Centro de Estudos Jurídicos, e a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, que decorreu no dia 17 Abril de 2019, em Maputo, em Moçambique, no âmbito da cooperação entre as duas instituições. E, segundo, a “Décima Segunda Conferência Internacional sobre as reformas Jurídicas de Macau no Contexto Global – Novos desafios e desenvolvimentos na Criminologia Contemporânea e os seus impactos no Direito Criminal”, também organizada pelo Centro de Estudos Jurídicos, em 24 e 25 Outubro de 2019, em Macau.

E concluímos com os nossos agradecimentos aos Autores, aos Tradutores e a todos os nossos Colaboradores, lembrando, mais uma vez, que o nosso trabalho se destina a servir os nossos Leitores!

Macau, 25 de Outubro de 2020

Manuel Trigo

Director do Centro de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito
da Universidade de Macau